

A CATEGORIA “ÍNDIO” NOS PERIÓDICOS OITOCENTISTAS DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

Lucas Bento Pugliesi¹

Resumo

O presente trabalho intenta avaliar a produção da categoria “índio” e o modo como o corpo indígena foi compreendido e discutido pelos acadêmicos paulistanos de meados do século XIX. A partir do exame de fontes de diversos gêneros textuais – discursos, ensaios, relatos etnográficos e ficção –, pretende-se fazer um balanço do pensamento sobre o *outro* e a produção dessa alteridade no interior da Faculdade de Direito de São Paulo. Dessa forma, espera-se refletir como pensamento desses atores sociais que no momento ulterior assumiriam as mais variadas posições na burocracia do Império veio a impactar e responder a questões políticas coevas no que tange a legislação sobre o aldeamento indígena.

Palavras-chave: Historiografia Literária. Segundo Reinado. História intelectual. Faculdade de Direito de São Paulo.

Recebido em 03 de março de 2017 e aprovado para publicação em 29 de abril de 2018

¹ Mestrando em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). Correio eletrônico: lbentopugliesi@gmail.com.

Introdução

David Treece² ofereceu inestimável contribuição aos estudos da literatura do Brasil oitocentista com *Exilados, Aliados Rebeldes* no qual versa sobre a representação do “índigena” nos diferentes momentos e alinhamentos da produção literária romântica. Com o objetivo de dar continuidade a essa discussão, proponho-me aqui a analisar a produção dessa categoria “índio” nos periódicos acadêmicos que circularam na Faculdade de Direito de São Paulo durante meados do XIX, a saber, *Os Ensaios Literários*, a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, *Os Ensaios Literários do Ateneu Paulistano* e *O acayaba*.

Como bem notado por Treece, o período citado foi intensamente marcado pela discussão acerca do aldeamento indígena no âmbito legislativo, o que repercutiu em respostas de intelectuais por todo o país, conforme também sobreanalisado por M. Carneiro da Cunha³ no que concerne aos projetos apresentados por Adolfo Varnhagen e José Bonifácio, o velho.

Nesse âmbito, a partir do conceito de *geração* e de *microclimas*, conforme elaborados por Sirinelli⁴, pretendo observar o sentido dessa categoria, “índio”, conforme pensada pelos jovens bacharéis paulistanos que viriam, futuramente, a ocupar cargos fulcrais no fisiologismo estatal do Segundo Reinado.

Espero também apontar ao modo como as formas de sociabilidade, enunciação e circulação dessa produção num *locus* destacado do restante da sociedade, como era o ambiente estudantil, conformariam um modo muito particular de abordar a questão que se rechaça a hegemonia cultural do IHGB subsumida na figura de Varnhagen e seu projeto exterminatório, só o faz ao recorrer às bases da retórica e da metafísica do Antigo Regime, em consonância às observações do historiador Salgado Guimarães⁵ acerca da perpetuação da concepção da *historia magistra vitae* na historiografia oitocentista em detrimento de uma noção moderna de História que se esboçava na Europa.

A Academia de Direito de São Paulo

A resolução para a fundação da Faculdade de Direito de São Paulo de 1827 indica sua relação intrínseca com o processo de independência: para gerar a autonomia intelectual do país recém outorgado, seria necessário um desprendimento da instituição de

² TREECE, David. *Exilados, aliados e rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial*. Trad: Fábio Fonseca de Melo. 1ª Ed. São Paulo: Nankin:Edusp, 2008.

³ CUNHA, Manuela Carneiro (org.) *História dos índios no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

⁴ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais” Em RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Trad: Dora Rocha 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁵ GUIMARÃES, M.L.L. Salgado (1988). *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, No 1, p. 5-27, 1988.

ensino portuguesa para a qual, até então, migravam nossos jovens pleiteantes do ensino superior.

O controle centralizador do Segundo Reinado veio assegurar a função das instituições brasileiras de ensino superior, como mostrou S. Adorno, para quem essas faculdades de Direito funcionariam como uma espécie de “período probatório” daqueles que seriam os funcionários públicos do mais alto escalão do Império. Assim, as práticas sociais dentro da microesfera das agremiações estudantis serviriam como um ensaio preparatório para as funções a serem exercidas por esses jovens que, ainda neste momento, herdariam a posição de poder associada à classe dirigente.

H. Garmes⁶, que se dedicou pioneiramente ao estudo dos periódicos acadêmicos paulistanos, observa, no trilho aberto pela leitura de Adorno, que desse modo seria natural que as proposições ideológicas apresentadas por esses jovens bacharéis em sua imprensa estariam em pleno contínuo ao pensamento sobre a história oficial gestado no intramuros do IHGB; como algumas notas dos editoriais d’ *Os ensaios literários* não deixam mentir, recorre-se costumeiramente a interlocutores ilustres – por vezes, correspondentes e colaboradores dos próprios jornais – do Instituto carioca em vias de se demonstrar “a intenção [...] de fazer com que os *Ensaio Literários* também ali circulassem”⁷.

Comum ao IHGB e ao conjunto de agremiações acadêmicas seria a busca pela identidade nacional a partir das estruturas já-dadas por uma elite branca europeia, o que diz respeito precisamente ao impasse basilar da problemática do nacionalismo, isto é, o remanejamento do poderio político (e cultural e simbólico) de uma elite colonizadora e estrangeira para uma elite local independente. Para compreender o IHGB, o mesmo Garmes retoma ao historiador Salgado Guimarães que analisa exemplarmente as diretrizes definidoras da escrita dessa supracitada História, como espécie de braço cultural legitimador das políticas estatais do novo projeto civilizador/colonizador, estando este, por sua vez, em contínuo às antigas práticas da coroa portuguesa:

No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o "outro" em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.⁸

Ninguém explicitaria melhor a análise de Salgado Guimarães do que a silhueta de João Adolfo Varnhagen. Como estudou David Treece, se por um lado Varnhagen aderiu a

⁶ GARMES, Helder. *O romantismo paulista: Os Ensaio Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006.

⁷ *Idem*, p. 63.

⁸ GUIMARÃES, *op cit.*, p. 6.

certa retórica romântica do indianismo em seus discursos e escolhas estéticas, por outro, sua atuação política efetuou-se sempre no sentido do extermínio, entendendo que “o índio era considerado um obstáculo físico a essa estratégia de desenvolvimento e ao progresso da civilização sob o Império; invasor nômade, ele não tinha nem o direito de posse da terra que ocupava, nem a capacidade moral ou intelectual de mandar em si mesmo”⁹.

A *terra*, sobretudo, concernia aos debates intelectuais do momento de consolidação do Império, como pode ser lido o período dos anos 50. No pensamento de Varnhagen, mais do que em qualquer outro de seus contemporâneos, estabelece-se a dobra entre os dois “brasis”, de que fala Guimarães, ou seja, entre aquele *imaginado* em contínuo à metrópole europeia que deveria importar a mão de obra imigrante e branca e o *outro*, “real”, *historicamente palpável*, da mão-de-obra escrava e semiescrava de índios e negros em vias de eliminação.

Joaquim Manuel de Macedo, escritor oficial e beneficiário do mecenato de D. Pedro II, idealizador e fundador do teatro realista no Rio de Janeiro, por sua vez, legitimaria tal concepção a partir da construção embrionária de um mito caríssimo à ideologia romântica: o sacrifício. Como analisa também Treece, em sua peça *Cobé*, Macedo cria um índio “altruísta e auto-sacrificado,[que] corresponde bem de perto a esse modelo ético e, como tal, abriu caminho para os heróis indígenas mais famosos dos romances de José de Alencar”¹⁰. O índio só pode ser representado aderindo aos valores brancos deste Brasil que germina; a ele é reservado o passado, o expurgo de si em prol da civilização nascente.

Por fim, o discurso de José Bonifácio, gestado desde a independência previa medidas mais “brandas”, a incorporação progressiva dos indígenas à civilização o que, de modo ou outro, orientaria a suposta legislação indianista do Império no que concerne o aldeamento. Bonifácio, em contínuo a Pombal, como bem pontua Carneiro da Cunha, desejava trazer aos índios os modos brancos de uma nação que se almeja criar. Contudo, como sinaliza ainda a autora:

É verdade que, se tivesse sido aplicado esse projeto, apresentado pelo autor nas cortes portuguesas e na Constituição de 1823 onde foi muito aplaudido, teríamos assistido a um etnocídio generalizado: a justiça de que faça José Bonifácio consistia na compra das terras dos índios em vez da usurpação direta¹¹

Penso que esses três nomes, em seus respectivos e entrecruzados domínios discursivos, o literário, o historiográfico e o político, constituem parcialmente as balizas para se pensar a

⁹ TREECE, *op cit.*, p. 200.

¹⁰ *Idem*, p. 194.

¹¹ CUNHA, *op cit.* P. 137

interlocução e o horizonte de expectativa dos autores paulistanos associados à Faculdade de Direito de São Paulo.

Não raro, o nome de Macedo, em especial, é convocado, tendo inclusive se correspondido com membros do corpo editorial dos referidos periódicos¹². Contudo, ainda que Garmes e Adorno, como citado, já tenham evidenciado de sobremaneira a filiação do periodismo acadêmico e do pensamento intelectual por ele veiculado às diretrizes histórico-políticas do IHGB, é preciso entender mais pormenorizadamente a especificidade das condições de enunciabilidade dessas revistas.

A Faculdade que, neste momento, abriga ainda setores em ascensão ou os filhos das velhas castas dirigentes, por sua localização isolada, a saber, o “ermo” da pequena São Paulo provinciana e pela singularidade da prática acadêmica, por si, destacada das preocupações mundanas da “sociedade”, acaba por gerar uma comunidade de interlocutores bem definidos que se destaca do horizonte geral.

Um primeiro aspecto a ser delineado é o perfil de uma geração intermediária, no que concerne a história do ensino superior no Brasil, já apartada do momento inicial de fundação da instituição e de consolidação nas décadas de 20 e 30. Geração em constante contato com um campo intelectual independente já bem desenhado nas figuras aludidas. Ainda assim, neste momento persistem ainda os valores patriarcais como se nota pelos mitemas que se formaram ao redor das estudantadas, sempre vistas com maus olhos pela lente cristã e agrária que se perpetua¹³. Desse modo, neste vestibulo para a vida adulta que é a universidade, estes jovens se encontram apartados das idiosincrasias familiares, distantes dos dilemas ideológicos que movimentam a capital, apoiando-se, basicamente, nos influxos de ideias estrangeiras por eles recepcionados através da leitura de periódicos modelos, como o liberal francês *Le Globe*, assim como em sua instrução formal, tanto no nível superior, quanto no nível médio.

Como mostrou Roberto Acízelo¹⁴, à rígida centralização do controle do currículo das escolas imperiais (em especial, detém-se o autor sobre o currículo do Colégio Pedro II, de onde eram oriundos muitos dos futuros bacharéis em Direito) correspondia a perpetuação

¹² A título de ilustração, no *Relatório das atividades da Revista do Jornal Ensaio Filosófico Paulista* contido no segundo exemplar do assim nomeado periódico, datado de 1853, o orador encarrega-se de apontar a proximidade entre os membros desta agremiação e a d’O Ateneu Paulistano, assim como tratar de recuperar, com ares de importância, a correspondência trocada com o ilmo. doutor Joaquim Manuel Macedo, então membro do IHGB. O interesse editorial na publicação de um texto de tal teor burocrático apenas evidencia o aspecto apontado por Garmes em relação ao público consumidor de tais periódicos, justamente, “*determinado estrato da sociedade letrada, a saber: os próprios acadêmicos e as referidas “altas sumidades literárias” do momento*” (GARMES, *op. cit.*, p. 65).

¹³ Sobre o tema ver: CANDIDO, Antonio. “Poesia pantagruélica” In *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

¹⁴ ACÍZELO, Roberto (1999). *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1999.

do ensino da retórica, na chave da reforma educacional pombalina do *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney.

O autor avalia então as diversas artes retóricas que circularam durante o XIX, sendo adotadas no currículo dos referidos colégios como material obrigatório. Caso de *Lições Elementares de Eloquência Nacional*¹⁵ do cónego português Francisco Freire de Carvalho que, como o próprio autor esclarece, trabalha à glosa de Horácio e Quintiliano, reavaliando muito dos valores do XVIII no que tange questões de estilísticas¹⁶.

Nesse sentido, a uma homogeneização na formação desses estudantes que reflete, como propõe o próprio Acízelo, inegavelmente nos fazeres discursivos desses autores. Não por acaso, o historiador rastreia o declínio da instituição retórica no ensino durante os anos de 1870 quando então surge uma geração intelectual de tendência “modernizante” que congregou nomes como Sílvio Romero, Machado de Assis, Oliveira Lima, Araripe Júnior e outros.

Por um lado, portanto, os estudantes partilham de uma comunidade mínima que se deslinda espacialmente, pelo espaço comum das Repúblicas, dos saraus e das agremiações que congregam, cada qual, um horizonte de expectativa e de performance. É vasta, pois, a documentação memorialística¹⁷ que versa sobre as práticas de sociabilidade estudantil nos contextos festivos; ademais, os próprios editoriais dos periódicos estudados trazem, via de regra, notícias sobre os encontros das agremiações, o registro de atas de reuniões, além da publicação dos discursos proferidos na ocasião.

Esse lastro oral, portanto, que sustenta grande parte dos textos que, posteriormente, seriam compilados escriturariamente nos periódicos, não pode ser, de modo algum, desconsiderado. A performance traz consigo um público *in presentia* que o orador conhece bem e que assume textualmente em seu discurso por meio de estratégias retóricas, conforme bem codificadas em sua formação prévia. Compartem, portanto estes jovens, de um conjunto de saberes, de valores e também de modos de valorar os saberes que se clarificam no exame dos textos.

¹⁵ A obra, como esclarece Acízelo, possuiu duas edições, uma de 1834, raríssima, e outra de 1840 que foi prontamente adotada no currículo. Provavelmente, foi esta a edição utilizada na formação dos bacharéis da década de 1850, sobre os quais me detive durante a pesquisa.

¹⁶ Refiro-me, é claro, a sobrevalorização iluminista do “bom gosto” burguês em detrimento dos excessos “barrocos”, do século dos “jogos de palavra, trocadilhos” etc; juízos que o cónego não exime de reafirmar por todo texto. Sobre a questão ver GOBBI, Giovanna, “Acepções da *enargeia* nos manuais de retórica oitocentistas”. Em *A pintura das águas: um estudo da visualidade poética em A cachoeira de Paulo Afonso de Castro Alves*. Dissertação de Mestrado apresentada a USP, 2015.

¹⁷ Ver NOGUEIRA, Almeida de. *Tradições e reminiscências: estudantes, estudantões, estudantadas*. 7 vol. São Paulo, 1908.; REZENDE, Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Coleção Documentos Brasileiros, 1987.; VAMPRE, Spencer. *Memórias para uma história da academia*. São Paulo: Instituto Nacional do Livro 1997, 2 vol.

Diferentemente, dessa forma, dos escritores-guias do francês do *Le Globe* que publicam para um leitor indefinido e distanciado no tempo e no espaço, esses periódicos acadêmicos paulistanos circularam de e para os próprios estudantes; a diferença de público gera resultados perceptíveis, o *microclima* a que se refere Sirinelli que tentarei esmiuçar a partir das análises que se seguem.

Figurações do indígena na imprensa paulistana

Para o presente artigo, trarei excertos de discursos que circularam em quatro periódicos produzidos pelos estudantes de direito paulistano durante a década de 1850. São eles *O acayaba* (1852-3), *Os ensaios literários* (1846-1850), *Ensaio literários do Ateneu Paulistano* (1852-1867) e *Revista Mensal do Ensaio Filosófico* (1851-1862). Dentro desse largo âmbito, selecionou-se um conjunto de textos que tenha feito referência direta à questão indígena. Para se ter uma ideia quantitativa, um periódico como *O acayaba* (com 11 volumes) possuía entre três ou quatro ensaios de teor historiográfico ou antropológico por edição, dos quais calcula-se que um terço se dedicou a discutir questões referentes ao nativo.

Como é possível deduzir, cada periódico apresentava um projeto editorial particular, invocando para si relações de aceitação ou recusa em relação a outros projetos adjacentes. Contudo, esses liames de unidade editorial sempre se limitaram por fatores históricos e sociais que não se podem ignorar: de um lado, a imensa precariedade estrutural da imprensa paulistana no XIX¹⁸, de outro, a limitação do período bacharelesco na composição das agremiações jornalísticas. Desse modo, a cada cinco anos novos atores tomavam parte na constituição das revistas, gerando uma heterogeneidade constitutiva na diacronia dos títulos.

Isso posto, principio as análises pel' *O acayaba*, jornal de curtíssima duração (onze edições), que em seu editorial postulava reprochar “*os partidos enterrados na voragem das paixões em delírio, [que] trocãõ uma vida de execrações, por um dia de triumpho, ainda que seja alcançado sobre uma mortualha de irmãos.*”¹⁹, defendendo em antagonismo a esses “*altos ares opressores*”, o nicho d' *O Acayaba* “rasteiro”. Nesse sentido, enxerga-se um tom de polêmica que se deslinda pelo teor dos artigos.

Em termos de formato, *O acayaba* se organizava em torno de uma seção denominada “*Ensaio*”, seguida de discursos que remontam a ocasiões de performance bem

¹⁸ Garmes apurou que só existiam quatro impressoras em São Paulo que se revezavam em gráficas de “fundo de quinta”, por assim dizer.

¹⁹ *O Acayaba*, número 1, Primeira Série, São Paulo: Typographia da Aurora Paulistana, 1852, p. 2.

definidas (elogios fúnebres, comemoração da independência etc) e, por fim, um setor de textos literários que, usualmente, continham um conto em prosa e alguns poemas. O que se pode avaliar do *corpus* existente é uma profunda filiação ideológica entre os textos veiculados pelo periódico, ainda que apresentados em diferentes gêneros. Isso é bastante perceptível pela discussão sobre a situação indígena conforme postulada no longo ensaio “*A civilização no Brasil – Methodo e Brasil Indígena*”, veiculado em quatro edições (dos números dois a quatro de 1852).

O texto se propõe como uma grande recapitulação do processo de *invasão*, assim enunciada, e conquista do território brasileiro durante a colonização. Na parte que aqui nos interessa que diz respeito a pretensões, aparentemente, etnográficas, o autor se detém na diferença simbólica entre os rituais antropofágicos *tupi* e *tapuia*, de modo a relativizar o ato e permitir certa justificação da prática, ainda que a mesma continue a ser condenada. Julgando cultura e religião indígena, o anônimo autor – que assina como *M.* – considera que “*estas nações barbaras [...] poderiam dar bellos exemplos de virtude n’aquella época, às nações cultas da Europa*”²⁰, exaltação que vai a *pari-passu* com a crítica ao declínio da civilização europeia.

A incursão pela história do extermínio indígena, que se segue, redundando em exortação para o hoje, para os modos possíveis para a restauração da cultura “*decrépita*” e “*semi-bárbara*” de que se é herdeiro no presente. A história contém um ensinamento, ainda é mestra na vida, na esteira do que observou Salgado Guimarães também sobre os discursos veiculados pela Revista do IHGB.

Mas mais do que isso, não só a tópica argumentativa permanece, mas o texto, em sua construção, lança mão de uma série de recursos retóricos bem delineáveis que vale se ressaltar: 1) A inversão, que atribui valores “bárbaros” aos brancos e prefigurações cristãs basilares aos indígenas, acompanha de perto os mesmos usos propostos por Vieira em sermões como o da Dominga de Quaresma e da Epifania; 2) O texto propõe um acúmulo de metáforas bélicas para tratar da conversão, na mesma medida em que lança mão de paixões capazes de sustentar o efeito de horror com o intento de suscitar a piedade do leitor; para que a persuasão seja efetiva, é preciso que o interlocutor seja cristão e compactue desses valores, então colocados em suspenso na extensão do texto; 3) O *telos* do texto é claramente iluminista, tendo em vista que se avalia o *outro* pela chave do progresso; em dado momento, o autor questiona a necessidade de tentar civilizar os índios se o progresso “*chegaria de qualquer jeito*”, contudo, divergindo da interpretação de um iluminismo católico *à la* Cousin que vê em Deus a condição para o aperfeiçoamento do homem, Deus

²⁰ *O Acayaba*, número 2, Primeira Série. São Paulo: Typographia da Aurora Paulistana, 1852, p. 19

ainda é aqui um substrato metafísico que anuncia um porvir já codificado nas escrituras; a despeito do verniz desse iluminismo católico, a metafísica do Antigo Regime permanece com suas bases bem intactas; 4) A manutenção das categorias *tupi* e *tapuia*, produzidas no âmbito epidítico durante o período colonial, desmistifica o horizonte discurso cientificista, em prol do reaproveitamento retórico de saberes constituídos, ainda que aqui se inverta a polaridade de elogio e censura – o ritual antropofágico *tapuia* é valorizado em detrimento do *tupi* –; o emprego dessas categorias remonta a Aristóteles, para quem, há objetos parcialmente elogiáveis e parcialmente condenáveis, o que permite maior flexibilização argumentativa nos intuitos de persuasão do discurso 5) Na parte puramente “etnográfica”, comparecem descrições e usos de vocábulos do *tupi*:

Seu culto era de mystica singularidade, parecião adorar e respeitar mais ao *Anhangá*, gênio do mal, do que a *Tupá*, genio do bem; também tinham seus penates – *Manitôs* – cujo desaparecimento era prognóstico de calamidade para a tribo; vencravão o *Maracá*, instrumento sagrado como o psalterio entre os Hebreus e o órgão entre os Christãos²¹

Contudo, esses elementos semânticos não condizem a uma realidade empírica da cultura *tupi*; o termo *Manitôs*, como observado por estudiosos de *tupi*, não pertence à língua dos nativos brasileiros, mas ao povo Algonquino do Canadá; além disso, o autor prefere o termo *Tupá*, com vogal aberta em detrimento de *Tupã*, nasalizado que se encontraria em todos os dicionários de *tupi* disponíveis desde Anchieta.

Esse detalhe terminológico chama a atenção porque é reproduzido no poema “*Ô se era linda*” do, hoje desconhecido, Leandro Castilho contido na mesma edição número 2 de 1852. Não é o caso de analisar o poema, mas dada o difícil acesso a esse *corpus*, comento-o rapidamente. O poema narra a história de decadência e desterro experimentada por um índio “*tupi*” que abandona sua tribo para viver o amor de uma mulher – sua qualificação como branca ou mestiça não é nítida. O poema se organiza por um conjunto de estrofes em metros diversos (decassílabo e redondilha maior) que tratam, respectivamente, do passado de consonância com a tribo e do presente de solidão e expropriação. A disjunção entre o indígena e sua cultura se dá também pela via do vernáculo:

Hoje eu vivo vagabundo,
Sem lei, sem rei, sem *tupá*;
Manitos não me acompanhão
Sou captivo d’ *Anhangá*;
Não tenho tabas, nem armas,
Nem tenho o meu *maracá*.²²

²¹ ANÔNIMO Em *O acayaba*, número 2, São Paulo: Typographia da Aurora Paulistana, 1852, p. 18-9.

²² “*Ô se era linda!*” de L.B. Castilho Em *O acayaba*, n. 2 da 1ª série, São Paulo: Typographia da Aurora Paulistana, 1852.

Os termos empregados são exatamente os mesmos presentes no ensaio; mas não só, a concepção ideológica é semelhante: no passado o indígena trabalhava (hoje vive vagabundo), possuindo *lei, rei e tupá*. Invertem-se alguns dos *topoi* argumentativos tradicionais do discurso colonial: a indolência indígena, assim como o apontamento de que a suposta ausência dos fonemas *L/R/F* na língua tupi corresponderia à falta das três instituições basilares do Antigo Regime, a Lei, o Rei e a Fé.

Mais do que isso, a estrutura estrófica, rímica e temática do poema recupera, quase em totalidade, o poema de G. Dias *Canto do Índio*, contido em *Primeiros cantos* (1847). Lá, a estrutura de expropriação e consonância representativa da disjunção entre passado e futuro é repetida com os mesmos elementos estilísticos e temáticos. O que parece se ter, pela retomada das categorias epidíticas do discurso dos primeiros cronistas é também a continuidade do regime de emulação, a *emulatio* da retórica que consiste na competição de um compositor com um *actor*, no caso, a autoridade em poesia indianista, Gonçalves Dias.

A intertextualidade óbvia de forma e horizonte ideológico entre os dois poemas explica também a escolha léxica. O termo “manitós”, suposto análogo, numa transposição grosseira de cosmovisões, de nossos espíritos aparece na poesia de Gonçalves Dias, que, por um motivo sonoro (para facilitar o emparelhamento de rimas), também opta em sua poética pelo *tupá* aberto em detrimento do *tupã* nasalizado. Se a referência de um poeta, como Leandro Castilho, à ficção de Gonçalves Dias não espanta de modo algum, o reaproveitamento dessas categorias ficcionais e deste tupi artificial em um ensaio historiográfico demonstra o modo como, mesmo a historiografia que se quer acadêmica no XIX continua a empregar a poesia como fonte; não só, como também propõe, ao menos nesse caso, os regimes retóricos da *narratio* – não se pode falar em etnografia, mas na descrição de um saber já-dado pelo *consuetudo* que é reproduzido -, assim como os meandros de elogio e censura do gênero epidítico. Se aos índios “tapuia” é reservada piedade, isto é feito com o objetivo de persuadir os leitores: esses índios só podem ser valorizados se devidamente convertidos por uma respiração católica²³ (e agora iluminista) que os adéque ao horizonte de expectativa do público de jovens bacharéis que partilham desses valores.

²³ Uso a expressão “respiração católica” de modo semelhante ao que teoriza Hansen sobre o modo como o teatro de Anchieta operava na colonização do imaginário indígena, sobre isso ver: HANSEN, João Adolfo. “Anchieta: Poesia em tupi e produção da alma” Em ABDALA JR (org.) *Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Não muito distante desses modos de articulação de sentido está o ensaio *Os índios*, da lavra do militar e político Machado de Oliveira (1790-1867), publicado n' *Os ensaios literários do Ateneu Paulistano* no número 2 de 1852.

Com argumentação radicalmente oposta a do anônimo *M.*, Machado opõe a instituição da Igreja à bruteza do gentio do norte:

[...] ainda ali mal se despontavam os primeiros arreboes da civilização solta das cadeas da media-idade pela mão devastadora dos bárbaros do Norte quando a idéa fixa – o tão ruminado pensamento de Colombo – de deparar com uma nova senda para a Asia, diversa da já conhecida; rivalizando dest' arte em Constancia e audácia com Vasco da Gama, e invejoso de suas glorias, lançou-se a provações ainda vacilando no vago de probabilidades, que pela insciencia dos tempos mais resolviam negativamente do que lhe dessem vislumbres de certesa para o successo de suas assíduas lucubrações.²⁴

O tom grandiloquente chama atenção ao dar contornos explicitamente épicos a *narratio*, a incluir elementos frasais como “rivalizando dest' arte em Constancia e audácia com Vasco da Gama” que ecoam diretamente a dicção homérica e as virtudes cardinais que compõe o *ethos* dos homens melhores do que nós; outros recursos despontam na forma para acompanhar a matéria, em especial o destacado uso de hipérbatos.

Ao exaltado descrever dos feitos bravios de Vasco da Gama equipara-se a empreitada da Igreja em deitar lastro sobre esta terra selvagem. A despeito da óbvia contrariedade, o argumentista se mostra resistente à cultura de guerra, ainda que no horizonte último esteja a defesa da civilização pela via da fé. O projeto jesuítico é enaltecido, como parte de uma mesma teleologia de algo de uma “reconquista” divina desse território ermo:

[...] e ahi ergueram o imperio da Cruz sobre as crenças aborigenes, e plantaram na terra virgem do Novo-mundo o madeiro do Calvario, para que distendesse a sombra de sua virente copagam, immensa, dominadora, eterna sobre povos selvagens, que viviam erradios pelo deserto da idolatria²⁵

A edificação de linguagem acompanha a empresa digna de louros que suplantou a situação, costumeiramente reiterada no discurso dos cronistas coloniais, do índio a “*viver erradio pelo deserto da idolatria*”. Sem se mencionar o tratamento despendido ao “índio” em sua mais estereotipada redução que um pouco recupera do mito edênico do paraíso reencontrado na figura dessas almas inocentes, Machado de Oliveira computa a culpa pelo

²⁴ OLIVEIRA, Machado de. “Os índios” em *Os ensaios literários do Ateneu Paulistano*, Número 2, Primeira Série, São Paulo: Typographia Liberal1852, p. 41.

²⁵ *Idem*, p. 45.

genocídio à cobiça individual, opondo dois projetos coloniais – um bom, cristão, coletivo e emancipador e um mau, ateu, particularista e egoísta.

Esse político (presidente da província do Pará na década de 30), militar e correspondente do IHGB, a despeito da experiência de campo, presumidamente, no trato com as nações indígenas do norte, simplifica-as em seu discurso a partir de categorias bem estabelecidas que reciclam toda a semântica discursiva colonial, endossando o projeto imperial de aldeamento do qual, obviamente tomou parte. O que surpreende, é que a despeito da experiência, o modo da defesa das ideias é ainda o da retórica de púlpito, inflamada por sentenças de estilo duro e rebuscado que emulam grandiloquência e altivez para competir com os narradores épicos. O alto teor de ornamentação retórica presente no discurso como que torna ao público leitor – de jovens iluministas católicos – a conquista dos índios mais palatável.

Em ambos os textos, avançando a discussão aventada por Salgado Guimarães, aparentemente o que se tem é a continuidade de um modo muito particular de legitimação dos saberes, da defesa das ideias e da constituição da polêmica, isto é, pela via da retórica. Não só pelo uso das tópicas, mas em primeiro plano, pela existência de um horizonte discurso bem delimitado no que tange o público: homogêneo em razão do convívio estudantil e da equidade de formação nas escolas imperiais. Assim, como é o caso do anônimo *M.* de um lado e de Machado de Oliveira de outro, o que se tem é o elogio ou o repúdio a uma mesma narrativa, devidamente organizada de acordo com uma estrutura argumentativa clássica, nos moldes de Quintiliano ou Cícero. Todas as partes do discurso, *exordio*, *narratio*, *argumentatio* e *peroratio* são observáveis em ambos os textos, aspecto formal que se coaduna a situação discursiva geral da imprensa acadêmica paulista. Não só os discursos eram proferidos nas reuniões formais das associações e, nesse sentido, *compostos* com essa situação de performance em mente, como também os discursos de outrem eram lidos em viva-voz para fomentar a discussão.

A alta incidência da referencialidade às nações autóctones – foi possível catalogar ao menos quatorze textos veiculados nos quatro periódicos entre os anos de 1850-54 – deixa entrever o debate intelectual generalizado sobre a questão do território indígena, associada também ao advento das novas teorias racistas que tentariam delimitar a fronteira entre os “*antropóides*” e os “*humanos*”, na observação de M. Carneiro da Cunha²⁶.

²⁶ “Política Indigenista no Século XIX” Em *História dos Índios do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.133-154.

Se Machado de Oliveira retém o modo de realização discursiva associado, portanto, ao conhecimento produzido exemplarmente pelo IHGB e emulado pelos acadêmicos paulistas, os mesmos periódicos conteriam também espaço para polêmica e dissidência.

É o caso dos textos publicados pelo militar e político Visconde de Beuarepaire-Rohan (1812-1894), n^o *Os ensaios literários* e na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. Beuarepaire-Rohan, em razão de viagens oficiais pelo interior de Goiás e pelo Paraguai, aproveitou o espaço editorial paulistano para trazer relatos, efetivamente, etnográficos. Inicialmente em *Os guaicurus*²⁷ relata sua experiência com os indígenas, aprofundando detalhes culturais e religiosos que reapareceriam em “*Considerações acerca da conquista, catechese e civilização dos selvagens no Brasil*”²⁸.

Desde a construção do texto se revela um descontínuo em relação à totalidade do *corpus*, isto é, em detrimento da organização retórica em discurso, o Visconde apresenta uma espécie de diário de viagem pontuado por observações, intervenções, apreciações críticas e detalhes memorialísticos em tom digressivo. Entre os objetivos detectáveis do documento, publicado em 1852, está a polêmica direta com o *Memorial Orgânico* de Varnhagen que é citado nominalmente²⁹ e construído textualmente como paradigma do antagonista cujo saber é mal formulado:

Mais valeria deixar-se essa pobre gente ir-se multiplicando no silencio das mattas, até que um ministério, que tomasse peito o estudo dos nossos índios, lançasse emfim uma vista d’olhos creadores sobre elles.

Quem julgar os nossos aborígenes por esses miseraveis, que por dhi vivem abandonados em meio das nossas povoações, cheios de vicios e affeitos a toda a sorte de crimes, poderá talvez reputal-os indignos de qualquer cuidado; mas quem, como eu, os observou nos alojamentos selvagens, e teve occasião de estudar sua aptidão industrial, sua índole pacifica e sua natural propensão para a vida social, reconhecerá, por certo, sua inapreensivel importância para o futuro engrandecimento do Brasil. [...] ³⁰

As proposições são diametralmente opostas às apresentadas pelo intelectual de ascendência alemã: 1) aqui há espaço para os indígenas no futuro da nação, estão portanto subsumidos na partilha; 2) prefere a não-aproximação com os nativos ao tipo de política coeva levada a cabo; 3) há características positivas, observáveis empiricamente, nos indígenas – “a índole industrial”, o engenho produtivo se coaduna é claro ao horizonte de expectativa iluminista do autor, mas inegavelmente se afasta dos *topoi* anteriormente

²⁷ *Os Ensaios Literários*. Número 2, São Paulo: Typographia do Governo (Palácio), 1850.

²⁸ *Revista Literária do Jornal do Ensaio Filosófico Paulistano*. No 6, Segunda Série, São Paulo: Typographia Liberal, 1852, p. 89-105.

²⁹ “[...] e como se não bastassem os actos de barbaridade que diariamente se praticão contra os infelizes selvagens, ainda nos vem o auctor do Memorial Organico aconselhar o emprego sanguinario das *bandeiras* [grifo do autor] contra uma povoação, que, identificada comnosco pelo facto de uma origem comum, outro crime não tem senão o de viver ainda na ignorância! (p. 90-91).

³⁰ *Idem*, p. 89.

rastreados – e, nesse sentido, o conhecimento adquirido pelo estudo e observação torna-se de maior validade que aquele dos “intelectuais de gabinete”.

O tom de censura é de denúncia, que, não raramente, desliza pelos meandros sociológicos da consequência da conquista, sem qualquer entreposto ornamental afirma, com todas as letras: “*Parece que a destruição dessa raça entra, como condição indispensável, ao nosso programma civilizador!*”³¹. O que o destaca do restante dos autores que publicaram nas referidas revistas é, justamente, o impulso cientificista/etnográfico de sustentar tais posições com base em um relato historicista bem pontuado por datas, localidades e descrições acuradas dos costumes indígenas – que não dispensam avaliações é bem verdade³².

A começar, o Visconde é o único articulista destas revistas que, efetivamente, não toma a categoria “indígena” como uma totalidade e, ao contrário, estende aos diferentes povos o caro conceito de “nação”; assim, suas memórias partem para apresentar ao público as diferentes nações com as quais travou contato, isto é, os *guaicurus*, os *cabassás*, os *chanés*, os *kinikináus* e a lista prossegue. Não se limitando a descrever costumes, propõe uma ética para lidar com cada nação em particular que passa pela compreensão, ainda que rasa de sua cultura³³.

Se a *historia magistra vitae* se mantém na medida em que o passado dos jesuítas é sempre lição para um fazer presente, o restante da argumentação se desprende da metafísica basal do Antigo Regime, até aqui descrita. Incorre-se num liberalismo católico, absurdamente pragmático, nuançado, provavelmente, pelas concepções de um Cousin e devidamente adaptado ao ambiente. O domínio retórico é evidente, mas já não se tem uma ortodoxia, se pensa sim no público, mas isso não é feito segundo todas as preceptivas de doutrina.

Assim, é observável que a figura do nobre Visconde, correspondente “estrangeiro” ao microclima acadêmico da performance oral, ensaística dos modos de avaliação do saber

³¹ *Idem*, p.90.

³² Transcrevo um trecho representativo deste método: “Na conquista nunca empregavão [os jesuítas] a violencia, sabendo perfeitamente que o primeiro tiro disparado contra uma tribu lhes faria perder todo o prestigio no conceito dos selvagens. Esses meios pacíficos, de que lançavão mão, produzirão então, como ainda hoje produzirão, os mais satisfactorios resultados. E, para que esta minha asserção não pareça uma mera declamação, quero apoiá-la em um só exemplo. Na provincia de Matto-Grosso, entre Villa-Maria e a antiga capital, existia a nação dos Cabassás” (p. 92); a partir de então narra um evento de violência e brutalidade contra a nação em questão. Em mais de uma ocasião o narrador retoma casos atroztes de violação e horror perpetuados pelo Estado no passado recentíssimo: caso do genocídio contra os índios Coroados em 1845, acompanhado do sequestro de crianças utilizadas como “troféus”.

³³ A título de exemplo, aos nômades Guaicurus que praticam infanticídio (aborto, aparentemente), em razão de seu nomadismo, seria válida a proposição: “Como porêm são mui cubiçosos, seria conveniente estabelecer um premio por cada criança que apresentassem, e desta sorte se resgatarião annualmente alguns centos de vidas” (p. 103).

da Capital Imperial, é, paradoxalmente, único capaz de trazer bafejo de modernidade a um ambiente que se retroalimemente ainda de estruturas coloniais.

Levando-se em conta o que foi apresentado, é possível pensar certa permanência da estruturação discursiva de uma lógica civilizatória que regula os discursos verticalmente, ainda que não o faça por meio de uma censura direta. Nesse sentido, a permanência do *discurso* enquanto gênero da oratória dá a ver a excomunhão da individualidade crítica em prol da construção de um *éthos* que responda às necessidades públicas da reflexão etnológica. Ainda assim, como palco de debate e disputa, os mesmos periódicos, que frequentemente endossaram a historiografia e as ciências naturais oficiais, deram espaço também à polêmica, à dissidência e, em última instância, a propostas dissonantes de construção de uma identidade nacional.